



Voz do Santuário

ÓRGÃO OFICIAL DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DAS PRECES

PROPRIEDADE DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS PRECES : : : : : DIRECTOR PADRE MÁRIO OLIVEIRA DE BRITO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ALDEIA DAS DEZ • OLIVEIRA DO HOSPITAL • COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA DE COIMBRA, L.D.A. • LARGO DE S. SALVADOR, 1-3 • COIMBRA • TELEF. 24787

O CASO DO SANTUÁRIO

A Mesa Administrativa da Irmandade de Nossa Senhora das Preces já teve oportunidade de marcar posição e definir a sua atitude a respeito dos incidentes ocorridos no Santuário, no mês de Setembro, publicando no Diário de Coimbra e Correio de Coimbra as explicações que julgou necessárias e convenientes.

Mas como na Televisão o P.º foi alvejado, criticado e caluniado, a ele assiste o direito e até o dever de se defender e fá-lo expondo os factos na sua singeleza e verdade.

Embora não tenha à sua disposição o grande meio de comunicação e de informação que é a T.V., embora não possa levar a todos e a toda a parte a verdade dos factos e desmentir calúnias espalhadas, nem por isso quer ficar calado.

A Voz do Santuário, criada para fazer propaganda do Santuário da Senhora das Preces e para defender os direitos e interesses do mesmo Santuário, levantará a sua voz bem alto para levar aonde puder a voz da verdade e da justiça.

Ora ouçam então por favor

Com data de 15 de Junho de 1938, o Governo Português promulgou uma lei, chamada o Plano de Povoamento Florestal, que mandou submeter obrigatoriamente ao regime florestal todos os terrenos baldios.

Por força e de harmonia com essa lei, os terrenos baldios que constituem o Perímetro Florestal denominado Senhora das Necessidades, foram submetidos ao regime florestal em 1941.

Por meio de editais e avisos nas regedorias, todas as populações, confinantes com terrenos baldios, foram avisadas e convidadas a apresentar as suas reclamações, no caso de as haver. Para facilitar às pessoas interessadas avistar-se com as entidades competentes e dar-lhes possibilidade de entregar e expôr o que melhor lhes parecesse, foram marcadas três reuniões: uma em Seia, na Câmara Municipal, no dia 30 de Março de 1941, outra em Oliveira do Hospital no dia 6 de Abril e outra em Arganil no dia 27 do mesmo mês de Abril de 1941. A Reunião realizada em Oliveira do Hospital no salão nobre dos Paços do Concelho, teve a presença de várias individualidades ligadas aos Serviços Florestais — Chefe da Circunscrição Florestal de Coimbra e Técnicos da Direcção Geral dos Serviços Florestais, etc.

Porque o assunto interessava à Irmandade da Senhora das Preces, e em representação da Irmandade, tomaram parte na dita reunião os Snrs. António José, de Aldeia das Dez, na qualidade de Juiz da Irmandade e o P. Mário, pároco da freguesia e secretário da Irmandade.

Na altura própria a representação da Irmandade expôs que, estando o terreno baldio pegado ao muro da mata do Santuário do lado nascente e estando fóra do muro a capela de Santa Eufémia, pedia que aquele terreno baldio fosse cedido à Irmandade, de modo que a capela de Santa Eufémia não ficasse nos terrenos do Estado, mas sim nos terrenos do Santuário. A petição foi anotada e registada pelos técnicos respectivos.

Dois meses depois a Mesa da Irmandade recebeu das mãos do

então regedor, Sr. António Mendes Duarte, um documento datado de 17 de Junho de 1941 que é a cópia do despacho ministerial, do qual consta o seguinte: — «que seja alargado o logradouro já arborizado da Irmandade da Nossa Senhora das Preces, com a superfície de cerca de 2 Ha. de modo a ficar incluída à capela de Santa Eufémia».

Algum tempo depois o Chefe da Circunscrição Florestal de Coimbra e Administrador Florestal de Arganil e outro pessoal, vieram pro-

Ponto Central da Questão:

Não se trata de corte de pinheiros em terreno baldio por parte da Irmandade. Trata-se sim de corte de pinheiros em pinhal pertencente à Irmandade, em terreno propriedade da Irmandade, a ela cedido em 1941. Portanto há 33 anos.

ceder a demarcação do terreno. O P. Mário esteve presente. Foram colocados marcos de pedra que ainda hoje se encontram nos seus lugares.

Desde esta data em diante, o terreno ficou pertencendo à Irmandade e nunca houve reclamação alguma nem por parte do povo nem pela Junta de Freguesia.

No ano seguinte nos mês de Março procedeu-se à sementeira do pinhal e plantaram-se 700 árvores, cedidas gratuitamente pelos próprios Serviços Florestais.

Tudo isto consta do livro das Actas da Irmandade — reunião realizada no dia 6 do mês de Julho de 1941 e do livro «Nossa Senhora das Preces», na página 38, sob o título Serviços Florestais.

Em Vale de Maceira e no Chão Sobral ainda vivem alguns homens que andaram na sementeira do pinhal e na plantação das árvores.

Fica pois provado que não foi o padre que tirou ao povo o terreno, mas, sim que foi o Ministério da Economia, pela Direcção Geral dos Serviços Florestais, que o deu à Irmandade para alargamento do recinto. E isto há já 33 anos.

O CEMITÉRIO de VALE DE MACEIRA

O cemitério de Vale de Maceira foi construído em 1945.

Foi iniciativa do P. Mário, secundada pelas povoações de Vale de Maceira, Goulinho, Gramaça e Chão Sobral.

Foi construído para comodidade daquelas povoações e sobretudo para acabar com o espectáculo desagradável de as mulheres terem de transportar os cadáveres por caminhos estreitos e difíceis. Os mortos matavam os vivos.

Está construído no terreno cedido à Irmandade e a mesma

de boa vontade o cedeu, visto tratar-se de um melhoramento necessário aos povos da serra.

Quando da sua construção, houve em Aldeia das Dez opinião discordante quanto à sua necessidade; houve mesmo uma exposição à Delegação de Saúde de Coimbra e vieram técnicos daqueles Serviços, vistoriar o local. Mas nunca foi posta em causa o direito de propriedade e posse do terreno.

Em 1945 data da construção do cemitério era a Junta de Freguesia constituída pelos Snrs.

José Gabriel Tavares, Serafim Marques Araújo e José Mendes Figueiredo.

SUA AMPLIAÇÃO

Em 1969 a Junta de Freguesia, constituída pelos Snrs. Genésio de Oliveira, Augusto Mendes Abranches e José Tavares de Sousa Junior, desejou ampliar o cemitério de Vale de Maceira. O presidente (Sr. Genésio Dias de Oliveira) de então e de agora, pediu à Mesa da Irmandade a cedência do terreno necessário.

Apresentou até uma planta do projecto de ampliação, indicando o terreno que era necessário.

A Mesa expôs o caso ao Sr. Bispo e o Sr. Bispo, por despacho de 14 de Maio de 1969, autorizou a cedência do terreno desejado. A Mesa reuniu e deliberou ceder gratuitamente o terreno. Lavrou-se uma acta e o P. Mário entregou uma cópia ao presidente da Junta de Freguesia. Tudo isto está registado nos livros da Junta de Freguesia, e no livro das Actas da Irmandade.

Prova-se, pois, que a Junta de Freguesia de Aldeia das Dez sempre reconheceu à Irmandade o direito de propriedade e posse legítima do terreno em questão.

E O POVO?

Conforme se diz acima, o pinhal da Irmandade foi semeado em 1942 e plantaram-se cerca de 700 árvores.

Tudo feito por trabalhadores de Vale de Maceira e Chão Sobral, alguns deles ainda estão vivos e podem confirmar.

Depois que o pinhal começou a dar desbaste, sempre se cortaram pinheiros a mando da Mesa da Irmandade e nunca houve problemas alguns. As limpezas do pinhal foram sempre feitas com pessoal de Vale de Maceira e de outros lugares.

Pinheiros cortados, lenha feita por trabalhadores de Vale de Maceira, transportada por carros

(Continua na página 2)

Base dos Direitos da Irmandade

Que seja alargado o logradouro já arborizado da Irmandade de Nossa Senhora das Preces com a superfície de cerca de 2 Ha de modo a ficar incluída a capela de Santa Eufémia.

Despacho ministerial de 17 de Junho de 1941.

O CASO DO SANTUÁRIO

(Continuado da página um)

de bois do Snr. Cipriano dos Santos, do Goulinho, e depois por camionetas de Aldeia das Dez. Sempre na maior paz e harmonia.

Segundo consta dos livros de escrituração da Irmandade, em 1965 procedeu-se à venda de uma porção de pinheiros, a arralar.

Há dois anos, junto à capela de Santa Eufémia, cortaram-se pinheiros com intenção de se fazer um parque de estacionamento e ninguém pôs entraves.

Já este ano em Março e Abril se cortaram e venderam pinheiros sem haver problemas, pois todo o povo de Vale de Maceira sabe que aquilo pertence à Irmandade e têm sempre respeitado.

Nos desagradáveis incidentes do mês de Setembro pretendeu-se fazer crer que se tratava de um levantamento de povo, quando isso foi pura invenção.

Demais, que interessava ao povo manifestar-se se sabia que aquilo não era para o povo?

Numa reunião feita em Aldeia das Dez no fim do mês de Maio, e na Televisão, a mesma pessoa afirmou que o pinhal não era para o povo, mas para a Junta da Freguesia.

Já alguma vez se viu o povo a bater-se por problemas que pertenciam à Junta?

O povo de Vale de Maceira sempre reconheceu à Irmandade o direito de propriedade e da posse legítima e sempre pacífica,

desde 1941, portanto há já 33 anos.

EM RESUMO

Pelo que fica exposto prova-se:

1.º — que não foi o padre que tirou o terreno ao povo, mas que foi o Ministério da Economia, através da Direcção Geral dos Serviços Florestais que o deu à Irmandade da Senhora das Preces, em 1941, para alargamento do recinto do Santuário.

2.º — que foram os próprios Serviços Florestais que demarcaram o terreno.

3.º — que todas as Entidades oficiais, incluindo a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e a própria Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, sempre reconheceram à Irmandade a posse legítima e sempre pacífica do terreno.

4.º — que a própria povoação de Vale de Maceira sempre respeitou este direito e nunca levantou problemas alguns no decurso de 33 anos.

A face das Leis vigentes, isto é, que têm estado e estão ainda em vigor

o terreno é da Irmandade,

o pinhal é da Irmandade,

os pinheiros são da Irmandade.

Promoção, Liberdade e Fé

Sem liberdade — no sentido mais profundo de capacidade de assumir o próprio destino e de se empenhar na realização dum ideal de vida — não pode o homem dar a resposta da fé ao apelo de Deus que lhe vem pelo anúncio evangélico. Essa liberdade, porém, encontra-se na prática fortemente condicionada pelo enquadramento social, institucional, histórico, etc., em que o homem — cada homem — se move. A evangelização tem de o ter muito em conta, e normalmente implica um esforço de promoção e libertação humanas em ordem àquela mais plena liberdade que a fé supõe.

Não há estruturas da sociedade que sejam neutras relativamente à liberdade. Ou a favorecem ou são alienantes. A simples enumeração de tais estruturas — políticas, jurídicas, culturais, económicas, etc. — sugere um mundo de realidades que tanto podem ter uma influência

positiva como negativa em relação à autêntica promoção humana. Esta é primordialmente uma promoção da liberdade, muito mais do que um simples desenvolvimento económico, que se limite a proporcionar às populações mais dinheiro e mais coisas.

As situações colectivas de riqueza e de pobreza têm particular importância no exercício da liberdade das pessoas. Tanto a miséria como a instalação na abundância são alienantes relativamente à vida cristã. O ideal do enriquecimento indefinido não é evangélico. A perspectiva do Evangelho é a duma justa posse de bens exercida num espírito de pobreza, princípio da liberdade verdadeira. Consegui-lo exige, além dum empenhamento colectivo na realização duma ordem política e social mais justa, uma delicada acção educativa inspirada nos princípios evangélicos. — M.F.

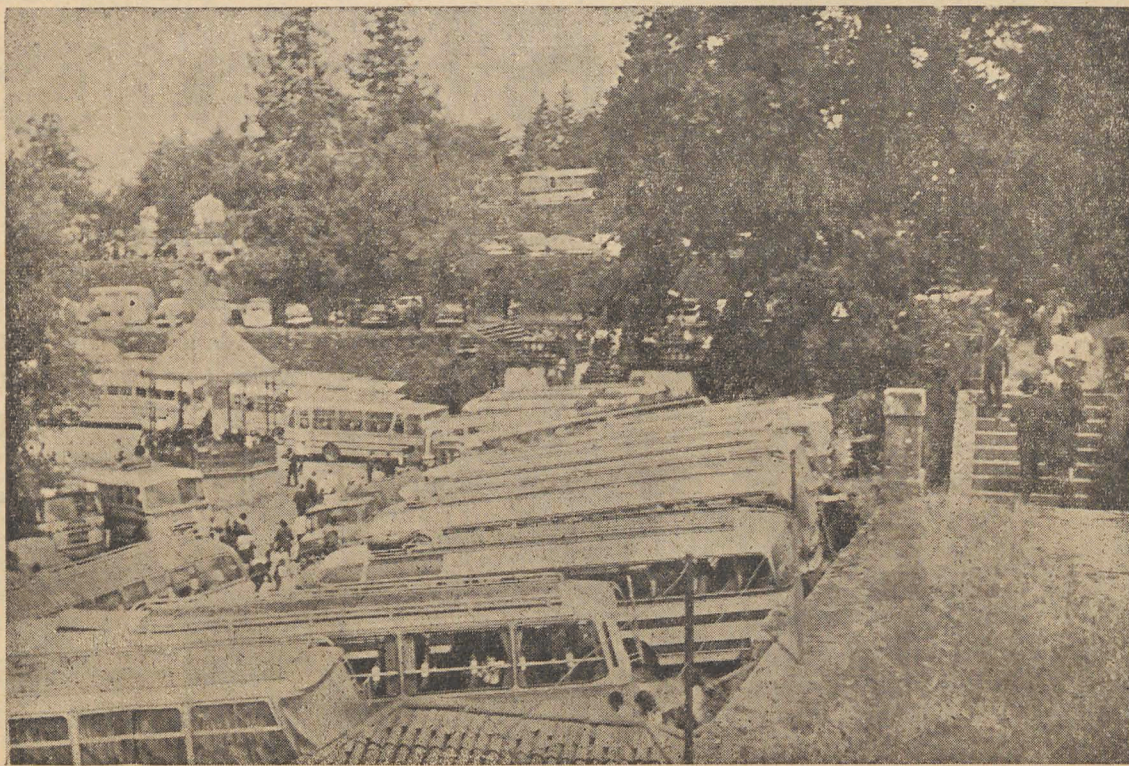
O Santuário precisa

Nos dias das grandes festas a parte central do recinto, o coração do Santuário, oferece-nos este espectáculo que é ao mesmo tempo confrangedor e animador.

Em 1969 o recinto ficou cheio de carros e muitos não puderam entrar por não terem lugar e tiveram de permanecer na estrada até ao meio da tarde do

Parque da Mata

Em Novembro de 1970 a Mesa da Irmandade mandou fazer no meio da mata um grande



Isto assim não é um Santuário. É um grande parque de estacionamento. Estará bem?

Animador enquanto é sinal de vida, de movimento, de afluxo cada vez maior de peregrinos, por tanto de progresso.

Confrangedor porque tira ao Santuário aquele ambiente de religiosidade, de sagrado, de intimidade:

O espaço que aqui os carros roubam, é preciso para os peregrinos se movimentarem. É preciso para que as solenidades religiosas se façam com respeito e ordem, mas para isso é preciso arranjar-lhe outro local para estacionarem.

dia de festa e só entraram, para virar, à medida que outros iam saindo.

Já alguém chamou à romaria da Senhora das Preces a *Fátima das Beiras*. Só que em Fátima há lugar para tudo; aqui falta espaço para tudo.

Fátima nasceu logo grande; aqui o Santuário não nasceu para o movimento de hoje, mas tem que se ir actualizando, na medida do possível e de harmonia com as ajudas que lhe sejam dadas.

parque de estacionamento que custou à volta de uns 40 contos.

Logo na festa seguinte, portanto no primeiro domingo de Julho de 1971 o parque ficou literalmente cheio como se prova com as duas gravuras que se seguem.

E até a estrada, feita pela Irmandade, ao cimo das capelinhas e que dá acesso ao novo parque, ficou assim como a gravura mostra, completamente ocupada por três filas de autocarros.

Haverá alguém que tenha interesse em cercear o progresso do



Parque da mata cheio de autocarros

de espaço vital

PARA PARQUES DE ESTACIONAMENTO

Santuário? em tirar-lhe espaço vital de que precisa? em diminuir-lhe as possibilidades de se poder desenvolver a bem dos milhares de peregrinos que o visi-

dos os anos e não havendo espaço para eles, no ano de 1973 e 74 a feira voltou para o local antigo e o parque foi ocupado por autocarros, ficando este ano

ao ridículo de se fazer a proclamação por entre feirantes. Não está certo, nem deve continuar assim.

Acabar com a feira por causa



Parque da mata cheio de autocarros

tam? O progresso desliza sobre rodas e as rodas andam pelo chão.

O Parque da Feira

O parque que já há anos se fez da parte de trás das capelinhas, destinou-se ao serviço da feira para tirar a dita feira dos

de 1974 completamente cheio.

E a feira? deverá continuar nos taboleiros centrais em frente das capelinhas?

Não será permitir a profanação do lugar sagrado? Não será tirar à romaria da Senhora das Precos aquele ambiente espiritual, sagrado?

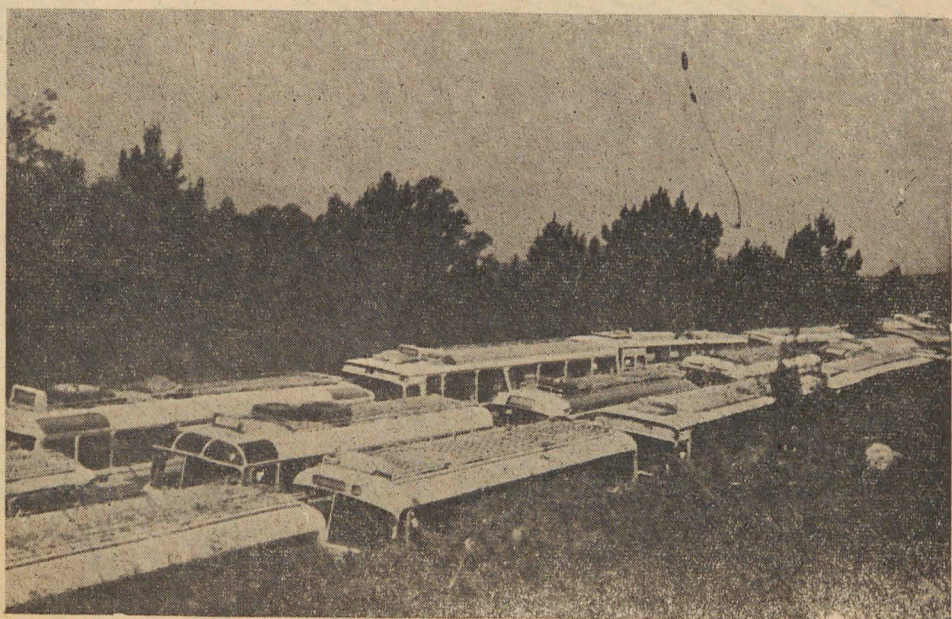
Sim, houve tempo em que

da festa?

Acabar com a festa por causa da feira?

Mas se arranjarmos local próprio e decente para a feira porque não há-de sobreviver? mas para isso é preciso arranjar parques para os autocarros e para arranjar parques é preciso terreno.

Se o querem tirar, aonde se



A estrada que dá acesso aos parques também assim ficou

taboleiros centrais, e assim funcionou durante alguns anos.

Tendo-se verificado que o número de carros aumenta to-

a festa ajudava a feira e a feira

ajudava a festa. Hoje, são tantos os feirantes, que a festa fica sufocada pela feira, chegando-se

irá encontrar?

Sem espaço vital não há vida e sem vida não há progresso. Não é verdade?

O Terço salvou a Áustria

Na Europa Central há um só pequeno país livre do comunismo: a Áustria, enquanto que as nações que a circundam estão dominadas pela tirania moscovita, Hungria, Jugoslávia, Checoslováquia. Facto mais maravilhoso ainda, se considerarmos que a Áustria foi ocupada pelos russos em 1945, no final da II Guerra Mundial. E em 1954 declarava solenemente um dos chefes supremos do comunismo: «Aquilo que nós um dia dominamos, nunca mais o perdemos».

Porque é então que perderam a Áustria que tão ferreamente dominavam? E porque deixaram livre, sem guerra, sem uso da força, uma nação tão pequena e desarmada?

A resposta está no terço.

A 19 de Setembro de 1948, aniversário da aparição de Nossa Senhora em La Salette, apesar das múltiplas dificuldades próprias da ocupação soviética, reuniram-se, pela primeira vez, cerca de cinco mil fiéis numa cerimónia de reparação, pela libertação e paz da Áustria. Igualmente na mesma data, no ano seguinte, o Cardeal-Arcebispo benzeu e entronizou uma imagem de Nossa Senhora da Fátima na igreja de São Francisco de Viena.

A cruzada de orações continuou e aumentou com redobrado empenho, sob a orientação do P. Pedro Pavlicek. Organizou-se a campanha da reza do terço pela libertação da Pátria.

Tão salutar movimento foi alastrando e ganhando adesões. Um milhão de católicos — 10% da população total — compromete-se solenemente a rezar o terço. E em treze de Maio de 1955, aniversário da primeira aparição de Nossa Senhora da Fátima, os russos retiraram e os austríacos viram a sua prece atendida. Maria concedia àquela gloriosa nação a liberdade e a paz.

Todo o mundo ocidental se admirou e ainda hoje não compreende como é que Moscovo deixou livre este País, depois de o ter dominado durante dez anos.

A resposta só no alto se encontra.

Não disse três vezes a Mãe de Deus em Fátima que, se rezássemos o terço, teríamos paz? Escutemos as suas palavras: «Rezemos o terço todos os dias para alcançarmos a paz para o mundo e o fim da guerra» (Primeira aparição). «Quero que continuem a rezar o terço todos os dias em honra de Nossa Senhora do Rosário para obterem a paz do mundo e o fim da guerra» (Terceira aparição). «Continuem a rezar o terço para alcançarem o fim da guerra» (Quinta aparição).

Nos dias 9 e 10 de Setembro de 1972, realizou-se em Viena, capital da Áustria, a soleníssima comemoração do 25.º aniversário da fundação da Cruzada do Rosário Reparador, obra actualmente estendida por 77 nações. Assistiram 30.000 pessoas, sob a presidência do Cardeal-Arcebispo, do Nuncio Apostólico e de outros Bispos da Áustria e da Alemanha.

Um dos Prelados, na alocução que então proferiu, afirmou:

«Como em 1955 a Áustria foi libertada do jugo comunista pela fervorosa prece do Rosário, do mesmo modo e com igual arma, o Mundo ficará livre dos actuais assaltos do demónio e dos seus sequazes».

Sentimo-nos temerosos com o avanço do comunismo e com o futuro de Portugal. Que fazer? Multiplicar reuniões e comícios, esclarecer o público por meio da imprensa, promover campanhas? Certamente. Tudo isso é necessário e urgente e, ai de nós, se não agimos! Mas acima destes meios é ainda mais importante voltarmos para o Senhor e para sua Mãe, a Virgem Imaculada, «vencedora de todas as batalhas de Deus»; como declarava Pio XII. Se rezarmos o terço, se cumprirmos a Mensagem da Fátima, veremos, como na Áustria, a paz reinar na nossa terra.

(De «Voz da Fátima»)

CAMPANHA DE HIGIENE

Da Subdelegação de Saúde recebemos o seguinte:

Torna-se necessário manter durante longo prazo, intensa campanha para se conseguir extinguir velhos e sujos hábitos que agora se viram agravados com o actual costume.

O actual costume das cabeleiras compridas, mal tratadas e mal lavadas, tem dado expansão a uma praga que quase desaparecera: o piolho.

Do Canadá insistem no assunto, pois os emigrantes continuam

a chegar com lêndeas e piolhos.

É indispensável acabarmos com tão injustificável porcaria, nascida da falta de asseio de grande parte das populações.

Intensa e persistente campanha pode conseguir a extinção desta vergonhosa infestação, só possível pela falta de hábitos de limpeza.

Para mais o piolho pode ser o veículo do tifo exantemático e doutras doenças.

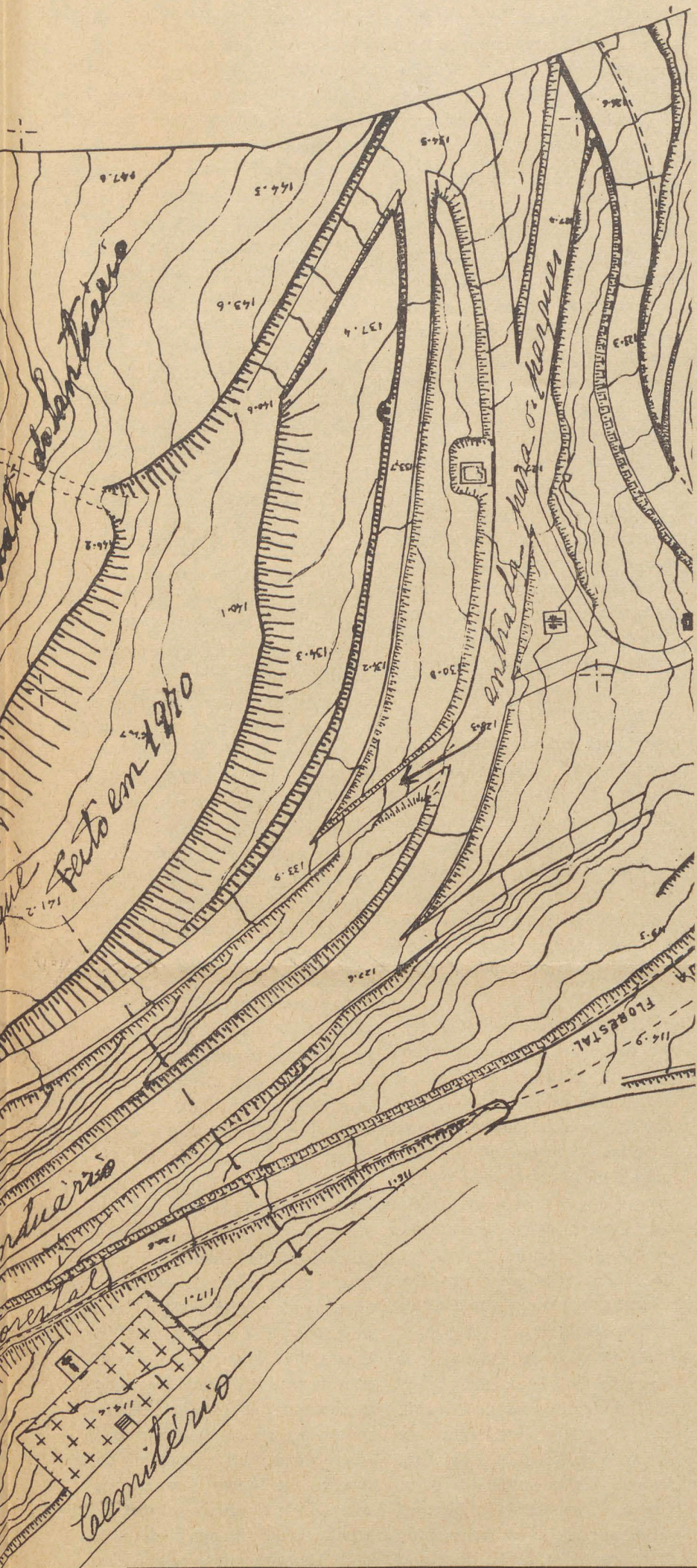
(De «O Dever»)

Planta Topográfica DE TODO O TERRENO



DA MATA DO SANTUÁRIO

ESCALA 1:1000



MURO ANTIGO

Entre a antiga mata do Santuário e o terreno cedido à Irmandade havia um muro de pedra. Ainda há restos dele, como se pode ver na planta. A maior parte desse muro já foi demolido, há anos, e a pedra foi aproveitada para outras obras do Santuário e nunca ninguém falou nem se azedou por isso. Se o dono era o mesmo — a Irmandade — que estava lá a fazer o muro?...

Despacho Ministerial

3.^o — QUE SEJA ALARGADO O LOGRADOIRO JÁ ARBORISADO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS PRECES, COM A SUPERFÍCIE DE CERCA DE 2 HA. DE MODO A FICAR INCLUIDA A CAPELA DE SANTA EUFÉMIA.

LISBOA, 17 DE JUNHO DE 1941

O Ministério da Economia, ao apreciar em 1941 o pedido da Irmandade, não teve dificuldades em ceder o terreno. Repare-se na pequena distância que vai do muro do Santuário à capela de Santa Eufémia — apenas uns 90 metros.

Seria um embaraço para a Irmandade e até para o Estado, a dita capela ficar nos domínios do Estado.

Repare-se ainda que o terreno cedido forma como que uma bolsa que se estende desde a capela de Santa Eufémia até cá em baixo, ao caminho do Chão Sobral, desligada dos outros terrenos florestais, e rodeada, por três lados, de propriedades particulares.

Veja-se na planta o cemitério de Vale de Maceira, construído no terreno cedido à Irmandade

e que por sua vez a Irmandade o cedeu gratuitamente à Junta de Freguesia em 1945.

Em 1969 é a própria Junta de Freguesia que pede à Irmandade terreno para o ampliar.

Em 1970 fez-se no meio da mata um grande parque para estacionamento de autocarros.

Como se vê na planta, apanha uma boa parte do terreno em questão e ninguém levantou problemas então.

Repare-se ainda (na planta) nos limites do lado nascente e sul e da parte de trás da capela, assinalados por pontos negros. São os *marcos* de pedra ali colocados em 1941.

São testemunhas a dizerem a toda a gente que aquele terreno pertence à Irmandade há 33 anos.

A Senhora das Preces

Religiosamente é a maior festa do concelho de Oliveira do Hospital; é a maior Romaria das Beiras; é frequentada por muitos milhares de peregrinos.

Turisticamente «é o mais belo local que tem o concelho de Oliveira do Hospital»; o local mais aprazível e mais visitado das Beiras.

Por isso é preciso proteger o Santuário, melhorá-lo, valorizá-lo e dar-lhe condições de poder vir a ser o melhor centro de turismo das nossas Beiras.

IX

A Freguesia de S. Bartolomeu de Aldeia das Dez

§ 4.º — A Criação da Freguesia

Sobre a criação da freguesia de S. Bartolomeu, dizia-se no final do § 1.º deste capítulo que ela foi criada entre 1527 e 1568.

A primeira das datas é a do recenseamento da população das Beiras, mandada fazer pelo rei D. João III, no qual se diz que Aldeia das Dez e os lugares limítrofes, nela mencionados, pertenciam à freguesia Santa Maria de Avô; e a segunda correspondente à dos termos mais

Eram eles concebidos nos seguintes termos:

«Sentença do Bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, em que isenta os moradores de Aldeia das Dez de serem fregueses da igreja de Avô e ficam com todos os encargos da Ermida de S. Bartolomeu do dito lugar que passou a ser capelania».

Exultei ao ler este resumo do documento que continha e que, de certo, ia dar-me a conhecer a data em que a freguesia foi criada, fazendo assim terminar a ansiedade, que, em mim, vivia havia já quatro longos anos.

É um documento bastante extenso, escrito em 10 folhas de papel almaço; dele consegui obter uma fotocópia que vai permitir-me, no sossego da minha casa, examinar o seu conteúdo sem sacrifício de maior.

E, como os restantes documentos não dizem respeito ao assunto em causa, dispensei-me, por agora, de os ler, reservando o seu exame para ocasião mais oportuna.

Da leitura das primeiras folhas deste primeiro documento ficou-me a impressão de que, em 1543, data a que remonta,

de percorrer «uma grande légua» a que residia em Aldeia das Dez e «légua e meia», quando não mais, a que morava nos casais.

Ora, quando fazia um tempo razoável, ainda a coisa ia bem; mas, quando chovia, caía neve e o frio entorpecia os membros, ou quando, pelo contrário, um sol abrasador queimava tudo, mesmo as energias físicas, as dificuldades surgiam, então, implacáveis e, quantas vezes, dolorosas e até fatais!...

E nestas caminhadas alguns adultos baquearam, ficando sem os últimos sacramentos e crianças houve que morreram sem baptismo.

Nestas circunstâncias, os velhos não se afoitavam ao caminho e não iam à missa, as crianças, dos 7 aos 10 anos, não podendo fazer tão longa e penosa caminhada não iam à igreja matriz e ficavam sem receber o ensino da doutrina cristã e alguns defuntos, na impossibilidade de serem transportados para Avô, tiveram de ser enterrados em pleno campo, como aconteceu em Avelar onde uns tantos ficaram sepultados junto de umas árvores, perto do povoado, sendo mais tarde as suas ossadas, por ordem do visitador, André Lamego, recolhidas piedosamente e levadas para a Ermida de S. Bartolomeu.

Urgia, assim, custasse o que custasse, fazer cessar, quanto antes, os efeitos desta deplorável situação, origem de tantos males que esta «pobre e honrada» gente há já muito vinha suportando.

E, como em seu entender, só um cura que residisse em Aldeia das Dez podia resolver a questão, em seu despacho, determinava que os suplicantes apresentassem um documento, no qual os moradores do agregado — homens e mulheres — se obrigassem à sua sustentação.

Reconhecendo, porém, que esta solução era, para eles, um onus um tanto pesado, lembrou ao cabido, no mesmo despacho, «quanto serviço seria de Deus ajudar estes homens e que receberiam consolação em os requerentes serem consolados»; por isso, recomendamos ao nosso cabido que contribua com alguma ajuda».

Em 25 de Junho, o cabido restituiu o processo, informando que era ao vigário de Avô, pároco dos suplicantes, a quem competia resolver o assunto da ajuda a prestar, porquanto, ele «*tinha uma boa renda*» e o cabido apenas tinha a seu cargo o «*corregimento e ornamento da igreja*», negando, assim a ajuda sugerida pelo bondoso prelado.

Desta resposta foi dado conhecimento ao procurador Roque Fernandes que, desde logo, fez entrega da procuração julgada necessária, feita em Aldeia das Dez, a 21 de Junho por Manuel Pires, tabelião público e judicial e registada em Coimbra, no Livro de notas do notário apostólico Diogo Osóres.

Uma vez preenchidas as formalidades indispensáveis e em face da petição, sobejamente confirmada pelo visitador Amador Coimbra e das promessas contidas na procuração, feita pelos chefes — Homens e Mulheres — dos 90 fogos de Aldeia das Dez e casais comarcãos, o bispo de Coimbra, Dom Jorge de Almeida deu aos suplicantes a «carta de licença» que a seguir se transcreve:

«Dom Jorge de Almeida, por mercê de Deus e da Santa Igreja de Coimbra, conde de Arganil, etc. Aquém esta carta de licença e isenção, desta dia para sempre, virem, saúde em Jesus Cristo, Nosso Senhor; fazemos saber que visitando Amador de Coimbra, prior de S. Martinho de Salreu, por nosso mandado,

e casais noventa moradores e que algumas das ditas póvoas à dita igreja de Avô, onde são obrigados a ir ouvir os divinos ofícios e receber os Santos Sacramentos, havia mais de uma légua e meia e de outras uma grande légua e que pela muita distância e grandes frios e neves e, pela asperesa do caminho, muitas faleceram sem os ditos sacramentos e crianças sem ser baptizadas e outras enterrados no campo, como acontece no Casal do Avelar onde algumas pessoas faleceram e as enterraram ao pé de umas árvores e André Lamego, visitador, os anos passados, mandara trazer as ossadas da Ermida de S. Bartolomeu; e que, assim, muitas pessoas estavam no dito lugar que havia muitos anos que, por estas causas, sua velhice e má disposição, não foram à missa à dita igreja de Avô e que isso mesmo aos menores de idade não eram ensinadas as doutrinas da nossa Fé Católica, mas antes havia aí moços e moças de dez e doze anos para cima é assim velhos que não sabiam o Pater Noster por nunca, até o presente haver aí quem lhes ensinasse; a qual aldeia, rendia cada ano oitenta mil reis, pouco mais ou menos, e que, por estas razões, pedem ao visitador e lhe requeriam, da parte de Deus, que vendo quão grande seu serviço era e descargo da nossa consciência, pois eram os pastores de suas almas, e com justiça e com poder que ele, dito visitador, tinha de nós, havendo-os por isentos e dando-lhes cura que lhes dissesse missa todos os domingos e festas, na dita Ermida, lhes ministrasse os sacramentos da Santa Igreja, no que faria serviço a Deus e a eles justiça e mercê; a qual petição era assinada por todos os moradores da dita aldeia, ou pela maior parte deles. E sendo-nos apresentada a dita petição, com a deligência e informação do dito visitador que fez por sua própria pessoa e vendo o grande detrimento que os ditos requerentes possam e o perigo das suas almas, em haverem de receber os santos sacramentos e os divinos ofícios e receber sepultura na dita igreja de Avô onde são fregueses, pela muita distância que havia das ditas

DIZEM

antigos do registo paroquial daquela freguesia que dá Aldeia das Dez, como freguesia já separada daquela.

O que, então ignorava era se a data de sua criação ocorrera pouco depois de 1527 ou se alguns anos antes de 1568.

Os documentos escasseavam e, naquele momento, fui colocado na impossibilidade arreliante de concretamente responder à pergunta que, a mim próprio repetidamente fazia: quando teria sido criada a freguesia?...

Quatro anos passaram sobre a publicação feita e a inconformidade permanecia em mim, sempre viva, como chaga crónica que o tempo não cura.

Por isso, após um ano de recuperação que se seguiu a uma operação que os meus 83 anos permitiram que fizesse, ainda com relativa resistência física, eis-me, de novo, lançado ao trabalho — que o mesmo é dizer — a caminho dos arquivos, em busca de Velhos Manuscritos...

Assim, há dias voltei novamente ao Arquivo da Universidade de Coimbra, onde um empregado que havia ajudado a pôr em ordem vários documentos, ainda não catalogados, do cabido da Sé da mesma cidade, me informou que havia uns tantos que diziam respeito a Aldeia das Dez.

Como mostrasse desejo de os ver, imediatamente foram postos à minha disposição.

Abri, então, a caixa em que estavam guardados... Mas, qual não foi a minha alegria ao ler os dizeres escritos na capa que resguarda o primeiro desses documentos?!...

a população de Aldeia das Dez e casais comarcãos: Avelar, Chão Sobral (Chans do Soveral), Colcurinho, Goulinho, Gramaça, Piodão e Vale de Maceira, devia já andar pelos 400 a 500 habitantes entre adultos, adolescentes (moços e moças) e crianças.

Nesse documento mencionam-se, com seus nomes, 61 casais, 9 viúvos e 13 viúvas, o que perfaz um total de 144 pessoas; ajuntando, a este número, o dos jovens ainda solteiros, o dos adolescentes e o das crianças, julgo não ter exagerado ao dar como habitantes do agregado os números que atrás ficam ditos.

Como naquela data este agregado pertencia à freguesia de Santa Maria de Avô, para assistir à missa, celebrar casamentos, baptizar as crianças e dar-lhes instrução religiosa, enterrar os seus mortos, etc., esta pobre gente era obrigada a deslocar-se frequentemente àquela vila, tendo

Até que um dia, em 15 de Abril de 1543, sabendo em Avô o visitador do arcediogo de Seia, Amador de Coimbra, prior de S. Martinho de Salreu, Roque Fernandes e Fernão Gil, comissionados por todos os moradores de Aldeia das Dez e seus casais, decidiram entregar-lhe uma petição, por eles escrita e assinada por todos os moradores ou pela maior parte delas, na qual se solicitava, «da parte de Deus» que fizesse cessar todos males nela apontados.

Esta petição, depois de devidamente informada pelo visitador que, antes, havia verificado, escrupulosamente a veracidade dos factos narrados, foi entregue na Câmara do Bispado para conhecimento e resolução superior.

Em 14 de Junho, Dom Jorge de Almeida, ao tempo, bispo de Coimbra, despachou-a para o Cabido da sua Sé afim desta informar.

VELHOS

MANUSCRITOS

o arcediogo de Seia, estando na vila de Avô, da jurisdição deste bispado, os moradores de Aldeia das Dez da freguesia de Santa Maria da dita vila de Avô com outros casais adiante nomeados, lhe fizeram uma petição dizendo que eles seriam na dita aldeia

aldeias à igreja matriz e que em partes passa de légua e mais, terra muito grafosa em o parecer do dito visitador, o que pareceu coisa muito razoável e justa tudo o que os suplicantes requeriam que era licença para se eximirem da matriz do orago de S. Barto-

lomeu que tem a dita aldeia, mui bem reparada. O que tudo visto por nós e bem assim o dito instrumento da sua obrigação, havendo de ser obra de muito serviço de Deus e muita piedade e muito devido, por bem das suas almas e aumento do nossa Santa Fé e muito descargo da nossa consciência, por quão mal remediado os ditos moradores são e foram sempre na dita aldeia, de todos os sacramentos e santa doutrina, por esta presente, lhes damos licença que de aqui em diante possa ter capelão que lhes diga missa todos os domingos e festas do ano, excepto dia de Nossa Senhora de Agosto, dia do Espírito Santo, dia do Corpus Cristi, dia de Santa Isabel e do Anjo, em o qual dia de Nossa Senhora que é orago da vila e, as outras quatro festas serão os ditos requerentes obrigados a vir servir a sua matriz e nenhum outro dia do ano irão.

E o dito capelão que assim tiverem, o qual eles escolherão à sua vontade, tirará em cada um ano alvará ou carta decusa e será suficiente e examinado e baptizar-lhes a seus filhos em pia de baptizar que havemos por bem que eles tenham na dita ermida e assim os ouvirá de confissão na Quaresma e derá os mais sacramentos e fará todos os divinos officios, citação e lhes benzerá águas e dará os dias santos e lhe obedecerão em tudo o que cumprir à honra e reparo da dita sua igreja, aos nossos visitantes e de nossos sucessores, canonicamente entrantes nesta Igreja. E, por esta licença que assim lhes damos, não entendemos por ela prejudicar em nada a igreja matriz e direitos dela, nem do prelado, nem do nosso cabido e vigário e beneficiados da igreja matriz; os quais fregueses e moradores da dita aldeia e das outras aldeias e seu limite aqui nomeadas serão obrigados a pagar ao dito capelão e todos os ornamentos da dita sua igreja e ermida às suas próprias custas e despesas segundo se contém na sua obrigação e carta de cura que houveram de tirar, será isso mesmo pago à custa deles, requerentes, ou do capelão que tiverem, segundo com ele se consertarem.

E, por este presente, os desobrigamos para sempre de irem à igreja matriz ouvir os divinos officios e receber os santos sacramentos, salvo as ditas cinco festas acima nomeadas. E, portanto, mandamos em virtude de santa obediência ao seu reitor ou cura da matriz que nenhum outro dia, nem tempo do ano, os constanja nem tenha dever com eles, em cuja fé e testemunho mandamos ser feito a presente carta e outras duas, tais como esta, para estarem nos cartórios da nossa Sé e a assim da igreja matriz, para que à cerca desta

isenção e licença não possa, em algum tempo, haver dúvidas nem demandas.

Dada em a dita cidade de Coimbra, aos dezassete dias do mês de Julho — Diogo e Osorez, escrivão da Câmara deste bispado a fez e vai assinada por o licenciado Luís de Araújo de Barros, nosso desembargador, por ser para ele especial comissão nossa e para todos os mais despachos da nossa própria pessoa que tocam a justiça e ao espiritual e asselada com o selo de nossas armas. Ana de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quinhentos quarenta e três anos.»

Assim, por esta carta de licença e isenção, foi criada a freguesia de S. Bartolomeu de Aldeia das Dez, tendo apenas como dependência da de Avô, a obrigação de os seus fregueses concorrerem às cinco festas nela mencionadas que naquela vila se realizavam em cada ano.

Desta forma, embora não fosse total a sua autonomia, a exigência feita era tão sua que já não representava sacrifício, para quem tanto havia sofrido.

Este documento deve ter sido um dos últimos, se não o último, outorgado pelo nobre e generoso bispo de Coimbra, Dom Jorge de Almeida, pois que oito dias depois, a 24 do mesmo mês e ano, tendo a propecta idade de 84 ou 85 anos, veio a falecer, findando um pontificado de 62 anos em que a bondade e a casidade, de mistura com um notável zelo apostólico e uma extrema piedade foram a constante da sua vida pastoral.

E hoje, decorridos 431 anos, após tão benéfico e jubiloso acontecimento para Aldeia das Dez, julgo não ser descabida uma prece fervorosa e de muita gratidão por quem tanto bem prestou àqueles que nos precederam na nossa TERRA NATAL.

Aveiro, 17 de Julho de 1974

DIAMANTINO AMARAL

ANEDOTA

RAPIDEZ

Na escola:

— Ó Zezinho, há mais de uma hora que te disse para desenhares uma locomotiva!

— Eu já desenhei, senhor professor; mas partiu neste mesmo instante.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA POR ANO

Simple assinantes	20\$00
Assinantes Benfeitores...	40\$00
Prov. Ultramarinas	40\$00
Para o Estrangeiro	50\$00
Por avião	70\$00

Assinaturas pagas

Com 20\$00 pagaram os Srs.

João H. Manta de Figueiredo, Oliveira do Hospital.

D. Aurora da Fonseca Moreira, Coimbra.

D. Preciosa Augusta Dinis, Aldeia das Dez.

Joaquim Mendes Pedrosa, Vila Seca.

Júlio Marques da Fonseca, Lisboa.

João Marques da Fonseca, Lisboa.

José Abranches Dinis, Aldeia das Dez.

D. Elisa Mendes da Fonseca, Lisboa.

Cândido Mendes Lopes, Parente.

Manuel Moreira, Odivelas.

António Gouveia Dias, Avelar

D. Maria Alves da Silva Marques, Algés.

José Mendes, Lisboa.

D. Deolinda do Carmo, Monte Frio.

D. Maria Clotilde Costa, Almada.

Rui Manuel Castanheira Mota, Lisboa.

José Moreira, Lisboa.

Mário Mendes, Lisboa.

Diamantino da Cruz Semeão, Lisboa.

António Gertrudes, Aldeia das Dez.

Manuel Miguel Diniz, Lisboa.

Luiz Manuel Diniz Quintino, Lisboa.

Armando Nunes Pinheiro, Lisboa.

Manuel Miguel, Aldeia das Dez.

Cândido dos Santos Nobre, Vide.

António Guilherme, Lisboa.

José Roque, Lisboa.

Gabriel dos Santos, Rio de Mouro.

D. Manuela Ferreira, Castro D'Aire.

Luciano Dória da Costa, Taveiro.

Adelino Marques Garcia, Caldas da Rainha.

D. Gracinda de Jesus, Lisboa.

Raul Henriques Figueiredo, Lisboa.

D. Maria de Oliveira, Aldeia das Dez.

Albano do Nascimento, Lisboa.

A mando Freire, Lisboa.

José Gonçalves de Figueiredo, Oliveira do Hospital.

Augusto Mendes Abranches, Aldeia das Dez.

D. Ermelinda Mendes Abranches, Lisboa.

Com 25\$00 pagaram os Srs.

António Luiz Dias, Vale de Maceira.

Mário Dias Correia, Vale de Maceira.

Eduardo António Alves, Lisboa.

Joaquim dos Santos Formigo, Damaia.

Com 30\$00 pagaram os Senhores:

António Gonçalves Furriel, Pomares.

D. Irene da Anunciação Mendes, Lisboa.

José Mendes Pereira, Olivais Sul.

Com 40\$00 pagaram os Senhores:

Tito Garcia Veloso, Beira — Moçambique.

António Ventura, Coimbra.

António Machado, Sandomil.

Guilherme Bento, Lisboa.

Álvaro Guilherme, Arrentela.

José Marques de Oliveira, Aldeia das Dez.

D. Maria dos Santos Diniz, Lisboa.

José Dias, Lisboa.

Manuel Figueira, Lisboa.

João Lopes Garcia, Silvadal.

Com 50\$00 pagaram os Senhores:

D. Maria Augusta da Fonseca, Rapada.

Vasco Augusto Dias, Lisboa.

D. Maria Emilia Alves, Lisboa.

D. Maria Alice Dias Oliveira.

José Lopes de Brito, Paço de Arcos.

António Castanheira, Lisboa.

D. Armanda dos Anjos, Lisboa.

José Luiz Freire da Cruz, Cacém.

Alexandre da Costa Nunes, Almada.

Genésio Mendes Formigo, Lisboa.

Rogério da Silva, Lisboa.

António dos Santos, Queluz.

D. Dotília de Sousa Mota Barroso, Lisboa.

Alfredo Pereira Rebelo, Coimbra.

José Veiga Antunes, Lisboa.

D. Maria José Veiga Ant. Fer., Lisboa.

Mário dos Santos, Lagares da Beira.

Com 60\$00 pagaram os Senhores:

Armando Gouveia, Baixa da Banheira.

António Moraes, S. Gião.

José Carlos da Silva Oliveira, Lobito.

Com 80\$00 pagaram os Senhores:

Manuel Damásio Martins, Ale-

manha.

Com 100\$00 pagaram os Senhores:

António Campos da Silva,

Lisboa.

Fernando da Conceição Pe-

reira, Lobão da Beira.

Rui Lobo, Oliveira do Hospital.

Antero Grácio Francisco, Lisboa.

Alexandre Joaquim, Lisboa.

Manuel Augusto G. Dinis, Covilhã.

Carlos da Conceição Mendes, Lisboa.

A NATUREZA VESTE-SE DE LUTO

Estamos em plena estação do outono. As folhas, secas e amareladas, desprendem-se das árvores e caem no chão que o vento arrasta e leva sabe Deus para onde.

A aragem fresca, por vezes fria, lembra-nos que se aproxima o inverno.

Toda a natureza despe as suas melhores galas, as ricas folhagens com que a Primavera e o Estio a cobriram.

Pelos campos há uma certa tristeza; parece que a vida vai desaparecendo da face da terra... e até a chuva parece lágrimas do céu, chorando a vida desaparecida. A natureza veste-se de luto.

Quem não vê aqui a imagem da nossa própria vida?

Todos nós somos árvores plantadas por Deus neste *vale de lágrimas*.

Os anos da mocidade: dão-nos a frescura da juventude, o vigor da virilidade, a robustez física capaz dos maiores heroísmos... Mas o tempo passa. Os cabelos embranquecem, o rosto enche-se de rugas, as forças diminuem. É o outono da vida e, como folhas secas e amareladas, vamos caindo ao chão.

Assim como a vida desaparece da natureza para dentro de meses voltar a aparecer, assim, o homem, no fim da sua carreira, desce à sepultura, desaparece da face da terra, para um dia voltar à vida. Lá está a Cruz, símbolo da redenção, símbolo de vida.

Assim como o viajante fatigado pela caminhada se acolhe à sombra de uma árvore, esperando que chegue a hora de continuar o seu caminho, assim o homem repousa à sombra da Cruz esperando o dia da ressurreição.

A natureza dá-nos a certeza da morte; a Fé dá-nos a certeza da vida.

No livro da natureza está escrito: todo o ser vivo há-de morrer; no livro da Vida está escrito: todos os homens hão-de ressuscitar.

Novembro mês das almas... Não te esqueças daqueles que já partiram para a outra vida. É um dever de caridade, de gratidão e talvez de justiça.

Mas lembra-te também de ti. A vida é aragem que passa. A vida é folha caída.

Rezemos pelos mortos e cuidemos dos vivos.

O Santuário E SEUS PROBLEMAS

O Parque de S.ta Eufémia

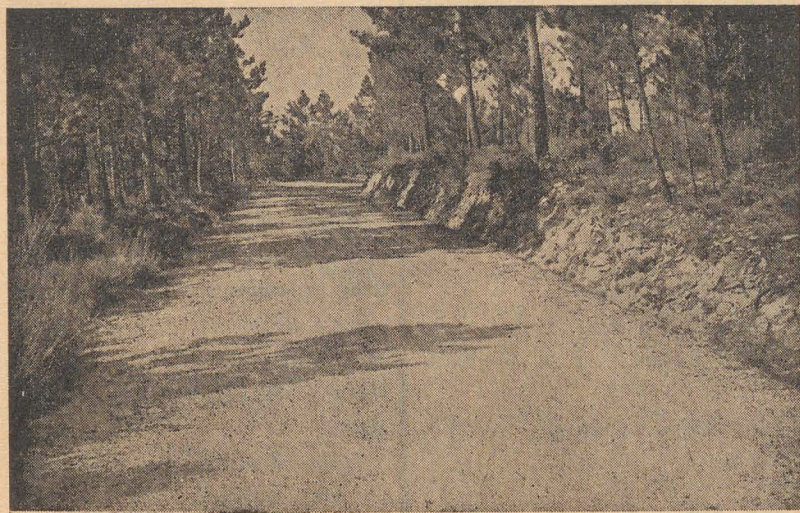
Os autores dos incidentes de Setembro, pretendem fazer crer que a ideia de se fazer um parque na Santa Eufémia nasceu depois do 25 de Abril.

Ora, temos uma prova irrefutável para provar que a ideia já andava na cabeça de quem dirigia as coisas do Santuário, há anos.

Em Outubro de 1970 a *Voz do Santuário* publicou um artigo intitulado *O Santuário e os seus problemas* em que se falava precisamente no assunto e até se localizava o terreno com fotografias. Foi pois há 4 anos.

Para que não haja dúvidas em ninguém, aqui se repete o que há 4 anos se disse e até com as mesmas gravuras.

Ora leiam:



Para um espaçoso parque de estacionamento o melhor local é junto à capela de Santa Eufémia. Mas aqui passa a estrada florestal...

Toda a gente sabe que o problema número um do Santuário é precisamente o do estacionamento, isto é, arranjar parques para o estacionamento das centenas de autocarros.

No coração do Santuário, isto é, na região compreendida entre a igreja, capelas e estrada, não é possível fazer obras para esse fim, por não haver espaço livre e disponível.

Ora, onde se poderia conseguir fazer um grande parque para estacionamento era ao cimo da mata, em volta da capela de Santa Eufémia. Ali sim, há terreno e uma ou duas máquinas resolviam o problema em poucos dias.

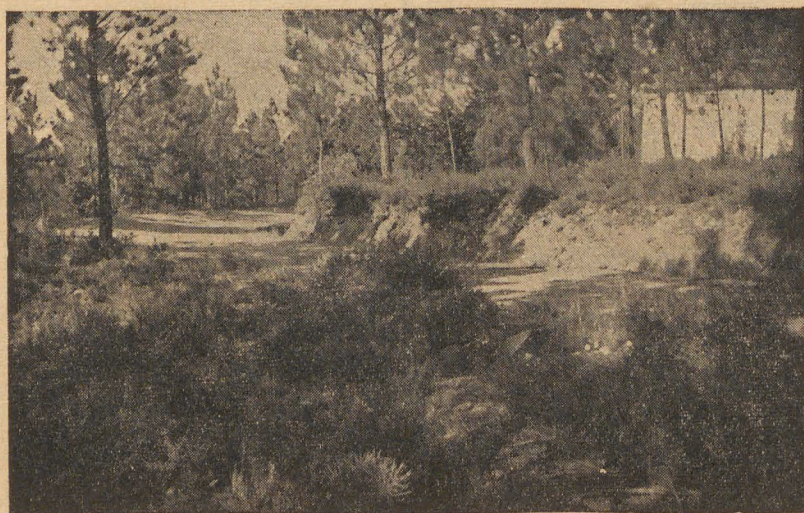
Mas há um entrave grave que deita por terra o nosso sonho dourado: — ali passa a estrada florestal e numa extensão de uns 100 metros.

Já este ano desejávamos fazer obras, mas como resolver o problema da estrada que nos está a empatar estas mesmas obras?

A estrada florestal está pois a entrar o progresso do Santuário e convinha que os Serviços Florestais, num gesto de boa vontade e de boa vizinhança, nos ajudassem a resolver estes nossos problemas. Como?

Os Serviços Florestais têm engenheiros e técnicos competentes que certamente sobre o assunto terão uma palavra a dizer.

Por nós sugeríamos uma ideia: entre a casa do guarda florestal (à Santa Eufémia) e a estrada florestal de Vale de Maceira (ao cimo da povoação) serão talvez uns trezentos metros de distância.



A capela de Santa Eufémia, que na gravura se vê ao lado, está junto à estrada florestal. Se os Serviços Florestais mudassem a estrada, nós mudávamos a capela e fazia-se aqui um bom parque para autocarros.

tanto medo, porquê?

Neste Ano Mundial da População a nossa rádio e televisão vivem angustiadas o problema de haver gente a mais no ano 2.000.

Em vez de falarem tanto de controle de natalidade, porque não referir antes do controle dos luxos escandalosos de tantos, das estroinices esbanjadoras de meninos ricos, das despesas fabulosas que se gastam em muitos países — o nosso também — com gatos e cães?

Países ricos que podiam ajudar os mais pobres a desenvolverem as suas possibilidades materiais, que gastam em vestuário e comidas de luxo para cães e gatos quantias superiores aos orçamentos anuais de muitas nações!

Porque não referem as loucuras de milhões que se consomem em armamentos numa Rússia e nuns Estados Unidos? E só neles?

Já não lhes pedinos que tenham mentalidade cristã. Sabemos que na rádio e na televisão não são esses ares que se respiram.

Talvez na Europa de Leste pudessem beber ares mais saudáveis...

Porque não referir essas famílias numerosas que são premiadas na Rússia? Porque não?

Porque não falar duma África quase por explorar, dum Brasil imenso a cultivar, de tantas zonas

do globo que estão longe de atingir todas as suas possibilidades?

Porque não falar duma Europa onde é das maiores a concentração populacional, que tem crises... de produção excessiva (fruta, ovos, frangos, manteiga, etc.)?

Que significará a angústia dos locutores da rádio e televisão?

Que significarão todos esses programas para ensinar a maneira de os filhos não nascerem?

É pena que as mães deles não tivessem visto e ouvido tais programas!

TELEGRAMA

última hora

Sobre o *Santuário de Nossa Senhora das Preces* desabou uma grande, medonha e violenta tempestade.

Trovões de ensurdecer, relâmpagos de fazer cegar, raios e coriscos de fazer tremer.

Parece que todas as forças adversas da Natureza se ligaram para ferir e esmagar o mais belo Santuário da Beira — «o local mais belo que tem o concelho de Oliveira do Hospital.»

Amigos, não se assustem. Depois de uma noite tempestuosa vem o dia; depois das trevas surge o sol brilhante e depois da tempestade há-de vir a bonança.

Drezados Assinantes

Estamos a chegar ao fim do ano e muitos assinantes ainda não pagaram a sua assinatura e nós precisamos de arrumar as contas com a tipografia.

Desde já agradecemos.

Este número da *Voz do Santuário* tem 8 páginas e corresponde aos meses de Novembro e Dezembro.

E saibam todos que este número custou-nos mais de *quatro mil escudos*.

É por isso que *gememos*, para que as máquinas continuem a gemer também todos os meses.



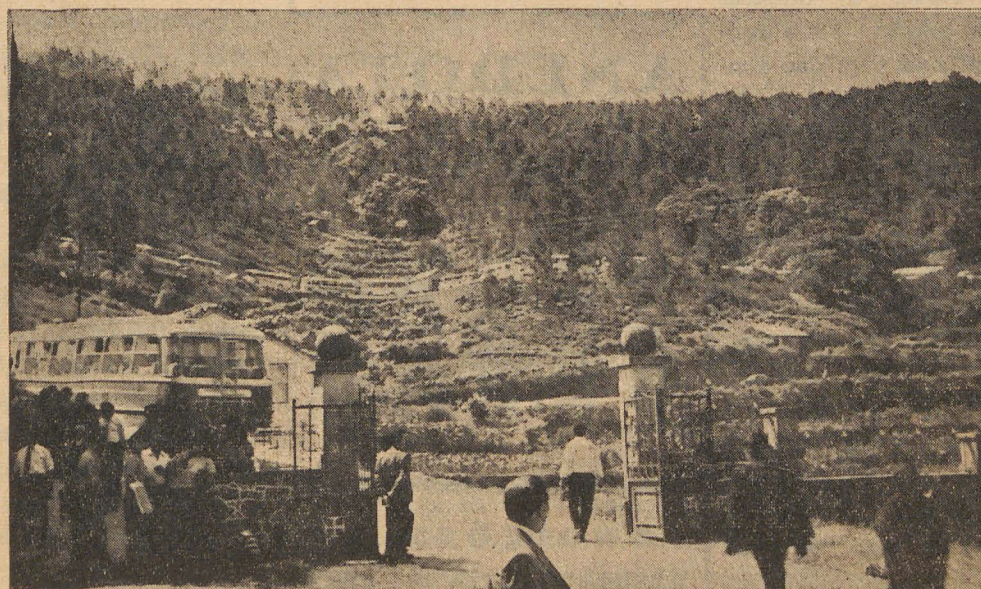
Vem aí o Natal

E COM O NATAL A ALEGRIA DAS CRIANÇAS E ELAS ESPERAM AS VOSSAS LEMBRANÇAS.

NÃO SE ESQUEÇAM, NÃO?!

DEMOS SAÚDE E ALEGRIA

ÀS CRIANÇAS DA NOSSA FRE-
[GUESIA]



No dia da festa da Senhora das Preces a estrada florestal ficou, assim, cheia de autocarros, por não haver lugar dentro do Santuário e ficou assim numa distância de um quilómetro. Precisamos de, dentro do possível, resolver este grave problema. Precisamos da ajuda do Estado, que já nos foi prometida, e da cooperação dos Serviços Florestais que certamente a não recusarão pois está em jogo o progresso do Santuário e o prestígio dos mesmos Serviços.